

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****3ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002358-48.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Erivelto dos Santos**
 Executado: **Banco do Brasil S/A**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISIO**

Vistos.

1. Trata-se de liquidação/execução da sentença proferida pelo Juízo da E. 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital na ação civil pública nº 0403263-60.1993.8.26.0053.

Oferecida impugnação, este Juízo rejeitou as preliminares suscitadas pela casa bancária, e estabeleceu as diretrizes a serem observadas para o cálculo da dívida, vindo para os autos o laudo contábil, pelo qual o perito apurou o valor devido pelo banco.

De rigor, portanto, o acolhimento da quantia indicada no laudo contábil.

Um, porque como já explanado pela decisão anterior, a ação civil pública cuja sentença de procedência é objeto de liquidação individual intentada pelos autores, teve por escopo tutelar direitos individuais homogêneos de poupadores em geral (artigos 95, 97 e 98 da Lei 8.078/90), sem a necessidade de identificá-los ou individualizá-los, muito menos que fossem associados da autora daquela ação, nos termos das teses firmadas pelo E. Superior Tribunal de Justiça acerca dos Temas 723 e 724, a saber, favoráveis aos poupadores ou seus sucessores, independentemente de sua residência ou domicílio, e de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC.

Dois, porque nada obsta o cumprimento da sentença mediante a apresentação de simples cálculos aritméticos do valor devido, fornecido pela parte beneficiária do julgamento. Neste sentido: TJSP, 17ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 2200474-31.2015.8.26.0000, Rel. Des. Tércio Pires, j. 30/03/2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Três, porque os juros da mora são devidos a partir da citação do banco nos autos da ação civil pública, nos termos do artigo 405 do CC. Neste sentido: TJSP, 17ª Câmara de Direito Privado, Agravo de Instrumento nº 2192654-87.2017.8.26.0000, Rel. Des. João Batista Vilhena, j. 15/01/2018.

A respeito da matéria, assentou o Superior Tribunal de Justiça: “*AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANOS ECONÔMICOS. EXECUÇÃO. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA. VALIDADE. PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: 'Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior'.* (STJ. Recurso Especial nº 1.370.899/SP. Corte Especial. Rel. Min. Sidnei Beneti. j. 21.05.2014).

Quatro, porque a correção monetária da dívida não constitui um “plus” ou penalidade ao devedor, mas tão-somente reposição do real valor da moeda, corroído pela inflação. A Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi criada para promover a segurança jurídica através da uniformização dos fatores de atualização, sendo que tal tabela contempla os expurgos inflacionários e a correção monetária de acordo com índices oficiais, daí a sua aplicação para a correção monetária do débito, por conter índices mais adequados e que refletem a verdadeira inflação, bem como as alíquotas mais adequadas à época.

Neste sentido: “*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEPÓSITO JUDICIAL. PLANO COLLOR I e II. INFLAÇÃO APURADA. MOEDA CORROÍDA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. CORREÇÃO. REAL VALOR DO DINHEIRO. TABELA PRÁTICA DO TRIBUNAL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LEGITIMIDADE. VALORES NÃO TRANSFERIDOS PARA O BACEN. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO*”. (STJ. Agravo de Instrumento nº 1.040.851. 4ª Turma. Min. Rel. Aldir Passarinho Junior. J. 06.10.09).

Cinco, e finalmente, porque os embargos de declaração oferecidos na ação civil pública pelo Ministério Público foram acolhidos, admitindo-se a incidência dos juros remuneratórios para apuração do débito decorrente da condenação do banco naquela ação, daí a aplicação deles no cálculo da dívida. Neste sentido: TJSP, 17ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 2201188-25.2014.8.26.0000, Rel. Des. Ramon Mateo Junior, j. 26/01/2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2. Destarte: a) homologo o cálculo da dívida, e o faço para reduzir o crédito do exequente para R\$ 212.673,20 (duzentos e doze mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos); b) diante do depósito judicial realizado pelo devedor, julgo **EXTINTO** o cumprimento da sentença e a execução do julgado com fundamento no artigo 924, II do Código de Processo Civil; c) autorizo a devolução ao banco da diferença a mais que depositou, de cujo valor será descontada a complementação dos salários do perito no valor de R\$ 700,00, como já determinado, além da taxa judiciária pela satisfação da execução.

Por conseguinte, autorizo o levantamento dos valores retro indicados pelas partes, com a expedição dos mandados de levantamento respectivos, cuja elaboração se dará após o decurso do prazo para oferecimento de eventual recurso.

Atribuo ao banco réu a responsabilidade pelo pagamento dos honorários do perito, já adimplidos, além da complementação determinada, e imponho a cada parte arcar com os honorários advocatícios de seu respectivo procurador, considerando que ambas saíram vencidas e vencedoras em grau equivalente.

P.I.

Araraquara, 12 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**